

ELEIÇÕES 2026



PAUTA MÍNIMA

PARA OS CANDIDATOS AO
GOVERNO DO ESTADO DO RS



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA PROFISSIONAL -
1º LUGAR: GERSON TURELLY

A Engenharia é algo tão presente no nosso cotidiano, como podemos perceber nesta cena. Ela está no barco do pescador que todo o dia sai para o Guaíba para buscar seu sustento. Ela está na ponte que, além de estabelecer a ligação de dois lugares por sobre a água, sustenta diariamente o tráfego de inúmeros carros e caminhões, todos por sua vez, também frutos do avanço tecnológico da Engenharia e que colaboram no escoamento da produção gaúcha e na alimentação dos estabelecimentos comerciais e de serviços locais.

A Engenharia está na água e na terra e, para completar, também está no ar, contemplada no avião que desce ao longe, prestes a pousar trazendo pessoas de outros lugares para a cidade, cujos prédios são vistos discretamente no último plano da fotografia.

APRESENTAÇÃO

Movido pelo firme compromisso com o desenvolvimento do Estado e respaldado por seu senso de responsabilidade técnica e social, o Sindicato dos Engenheiros no Rio Grande do Sul (SENGE-RS) apresenta a Pauta Mínima 2026, uma contribuição programática aos candidatos ao Governo do Estado. Estabelecido como uma prática tradicional da nossa entidade em anos eleitorais, este documento reflete o compromisso em elevar o nível do debate público e enriquecer as propostas de gestão com diretrizes de longo prazo. Entendemos que a Engenharia desempenha uma função social indispensável, sendo a atividade técnica responsável por planejar, coordenar e viabilizar a infraestrutura logística e urbana, a produção industrial e agropecuária, a segurança ambiental e as matrizes de energia e tecnologia que dão suporte e proteção à população.

A construção deste material resultou de um esforço coletivo robusto, moldado a partir do conhecimento prático de engenheiros especialistas de diversas modalidades de atuação. Foram meses de debates, diagnósticos e cooperação voluntária de profissionais que vivem diariamente os desafios econômicos e as potencialidades do nosso território. Essa convergência de saberes multidisciplinares —

que une a excelência do setor agropecuário e da gestão ambiental às soluções de infraestrutura e à inovação — confere a este manifesto uma solidez conceitual única, ideal para subsidiar escolhas políticas complexas com o embasamento que a realidade dos dias de hoje exige.

O cenário gaúcho atual impõe uma jornada de superação, na qual a modernização das cidades e o amparo ao campo demandam metas contínuas de desenvolvimento, indo além de ações pontuais. Ao entregarmos essas diretrizes, convocamos as lideranças que disputam o pleito a assumirem o compromisso de governar em estreita cooperação com o corpo técnico, priorizando o planejamento estratégico e garantindo a justa valorização profissional de engenheiros e engenheiras no mercado de trabalho.

A Engenharia gaúcha coloca sua inteligência e sua força de trabalho à disposição, convicta de que a aplicação do conhecimento técnico e científico só cumpre o seu verdadeiro propósito quando traz a segurança, o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas no centro de cada decisão.

Diretoria do SENGE-RS



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA PROFISSIONAL -
2º LUGAR: ZULEICA LUTZ

Diariamente, somos positivamente impactados por inúmeras soluções que são produtos e conceitos da Engenharia. Dentre essas soluções, existem algumas obras que se tornam símbolos, pois demandam esforços grandiosos.

A Ponte da Reconstrução é uma obra que se tornou um destes símbolos.

Em maio de 2024, na maior tragédia climática vivenciada pelo Vale do Taquari, duas pontes que ligavam os municípios de Arroio do Meio e Lajeado foram levadas pela força das águas, deixando milhares de pessoas sem conexão terrestre.

Após a enchente histórica, num ato de grande esforço, engenheiros do Vale do Taquari, adaptaram materiais, reconstruíram e instalaram a parte faltante da Ponte de Ferro em inacreditáveis 15 dias.

Uma prova da importância da Engenharia, que é capaz de construir caminhos seguros de volta para casa, reconectar e salvar vidas.

VISÃO DO SENGE-RS

O Rio Grande do Sul chega a 2026 em um divisor de águas histórico. A última década submeteu nossa sociedade e nossa economia a um ciclo severo de crises fiscais, sanitárias e, acima de tudo, climáticas — culminando no evento extremo sem precedentes de maio de 2024. Diante de perdas profundas de vidas, infraestrutura e produção, a sociedade civil organizada e a comunidade gaúcha demonstraram uma resiliência admirável no enfrentamento imediato da catástrofe, passando a exigir ações imediatas e urgentes do poder público. Em vez de uma reconstrução consolidada, o cenário atual é de forte cobrança social perante a morosidade das iniciativas governamentais e a lentidão na aplicação dos recursos federais disponíveis — a exemplo do FUNRIGS —, tornando mandatória a superação da inércia administrativa e a preparação célere do território contra novos eventos climáticos extremos.

Para o ano vigente, a partir de dados disponíveis, é possível projetar uma retomada econômica para o Rio Grande do Sul, com o PIB estadual apresentando estimativas de crescimento que variam entre 2,2% e 4,6%. Essa expansão é respaldada oficialmente pelo Departamento de Economia e Estatística (vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão), pelo IBGE e pelo DIEESE, sendo corroborada pela trajetória recente de recuperação do Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central (IBCr-RS). Essa perspectiva positiva supera a média nacional prevista pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Ministério do Planejamento e Orçamento, refletindo um entendimento convergente entre o setor público e

a análise conjuntural de entidades privadas e empresariais, posicionando o Estado em um ciclo favorável para a atração de investimentos. No entanto, para que esse avanço se converta em desenvolvimento sustentável de longo prazo — e não em um solução temporária de recuperação —, a Engenharia deve ser posicionada no centro estratégico das decisões do Estado, atuando como o dínamo de uma agenda propositiva e resiliente.

A Engenharia não constrói apenas obras físicas; ela projeta e gerencia os fluxos vitais de dados, energia, materiais e logística que sustentam a economia moderna. O SENGE-RS defende que as decisões políticas cruciais para o futuro do Estado necessitam, obrigatoriamente, de respaldo técnico qualificado. Reiteramos nossa crítica histórica ao distanciamento entre o viés técnico e a visão política, evidenciado pela desvalorização dos quadros de engenheiros e arquitetos de carreira na estrutura pública, muitas vezes substituídos por servidores comissionados ou com contratos temporários para atender a interesses efêmeros.

Para enfrentar os desafios do século XXI, propomos a articulação e a definição de responsabilidades integradas entre o poder público, a iniciativa privada, a academia (universidades e institutos) e a sociedade civil organizada. É urgente reestruturar as instituições estaduais de planejamento, blindar o orçamento técnico e reduzir a fragmentação de recursos promovida por emendas parlamentares sem transparência, assegurando que o orçamento público atenda às reais prioridades estruturantes do Rio Grande do Sul.



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA PROFISSIONAL -
3º LUGAR: JEFFERSON BOTEGA

Entre março e junho de 2025, acompanhei em 13 visitas a construção do ninho de um casal de joão-de-barro na Rua Padre Reus, em Porto Alegre.

Instalados no alto de um poste de concreto, os pássaros ergueram, com barro, uma morada firme e funcional em plena área urbana.

Esse registro mostra como a natureza desenvolve soluções construtivas eficientes, sustentáveis e adaptadas ao ambiente. A obra dos joões-de-barro, marcada pela precisão, cooperação e persistência, espelha valores essenciais também à engenharia: planejar, executar e transformar o espaço de forma responsável

Ao trazer a imagem desse ninho, a fotografia propõe um diálogo entre cidade e natureza, reforçando que a verdadeira engenharia é aquela que, assim como as aves, constrói para garantir vida, abrigo e futuro.

CONTRIBUIÇÕES DO SENGE-RS PARA O DESENVOLVIMENTO

1. GOVERNANÇA ESTRATÉGICA E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

O desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul exige uma máquina pública estruturada e dotada de memória técnica permanente. A eficácia das políticas públicas de longo prazo depende diretamente da valorização e da autonomia dos servidores de carreira, blindando as decisões estratégicas contra descontinuidades políticas. Diante dessas considerações, o SENGE-RS aponta como fundamentais as seguintes ações:

- Planejamento de Estado, Não de Governo: Fortalecimento da capacidade de planejamento de longo prazo, blindando projetos estruturantes contra descontinuidades políticas quadrienais.
- Valorização dos Quadros Técnicos: Preservação das funções exclusivas do quadro de engenheiros concursados do Estado, com foco estrito na Responsabilidade Técnica e combate à subcontratação irregular camuflada sob o cargo de “analistas” e outros.
- Carreiras Atrativas: Implantação da Lei de Gratificação de Responsabilidade Técnica e incentivo à adoção do Salário Mínimo Profissional em todos os contratos e licitações públicas.
- Combate à Precarização Laboral e à Pejotização: Defesa do mercado de trabalho técnico por meio da fiscalização rigorosa contra a “pejotização” fraudulenta na prestação de serviços de Engenharia. O SENGE-RS defende o cumprimento estrito do Salário Mínimo Profissional (Lei Federal nº 4.950-A/1966)

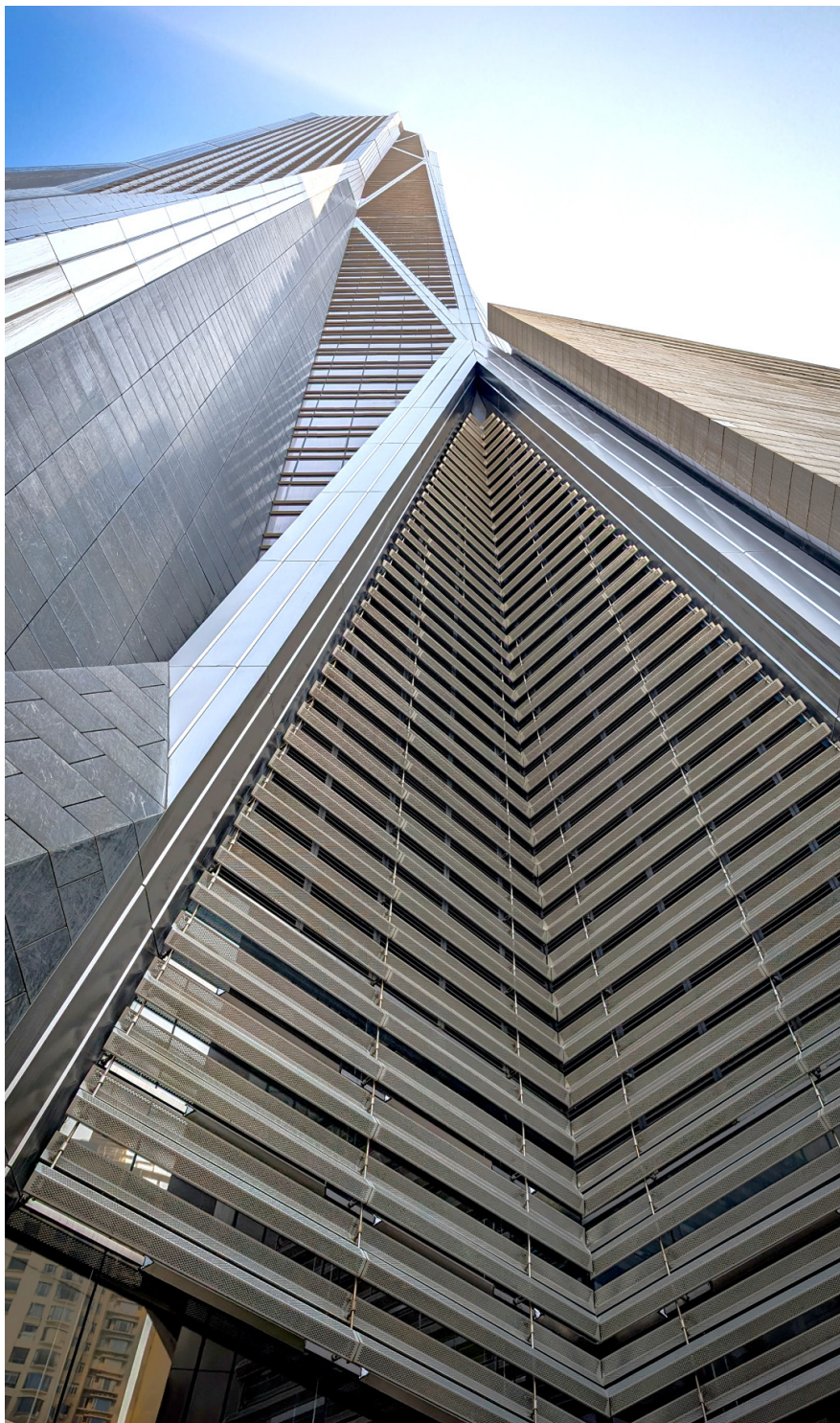
como requisito obrigatório em todos os editais de licitação e contratos de prestação de serviços firmados pelo Estado, coibindo o artifício de contratar engenheiros seniores sob o rótulo de “analistas” ou o uso indevido de modalidades simplificadas de microempresa e regimes fiscais inadequados para acessar atividades permanentes de responsabilidade técnica.

- Programas Estaduais contra o Desemprego Estrutural e a Pejotização: Criação de programas estratégicos voltados a absorver a mão de obra excedente gerada pela informatização acelerada e pelo avanço da Inteligência Artificial. Diante de um cenário de desemprego estrutural e crescimento do emprego não formal, precarizado ou pejotizado, o Estado deve utilizar sua alta demanda por obras de infraestrutura pendentes como um caminho estratégico para gerar frentes intensas de trabalho e renda formal.

2. INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E LOGÍSTICA RESILIENTE

Os severos eventos climáticos recentes evidenciaram a vulnerabilidade das redes de transporte e escoamento do nosso Estado. Reconstruir a malha logística de forma resiliente e integrada é urgente para restabelecer a competitividade econômica regional e garantir a segurança das comunidades. Com base nessas premissas, propõem-se as seguintes iniciativas prioritárias:

- Reversão do Apagão Ferroviário: Atuação firme do Estado no acompanhamento da nova concessão ferroviária federal (dezembro de 2026), combatendo o risco de fragmenta-



Ping An Finance Centre é um edifício com 599 metros de altura, possui 115 andares e abriga escritórios, hotéis e apartamentos.

Localizado em Shenzhen, China, é o quinto prédio mais alto do mundo e foi projetado para ser o centro financeiro e comercial da cidade.

2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA AMADOR
1º LUGAR: LUIZ CARLOS GARVES

ção e abandono de ramais regionais no interior e fronteira, que reduziram a malha operacional gaúcha de 3.800 km para apenas 900 km após as cheias de 2024.

- **Potencial Hidroviário e Complexo Portuário:** Expansão e exploração do sistema fluvial ímpar do Rio Grande do Sul através da integração de rios e lagoas aos eixos industriais e agrícolas. Essa estratégia requer o acompanhamento técnico rigoroso e o suporte logístico aos investimentos de mais de R\$ 430 milhões na dragagem estrutural do Porto de Rio Grande, garantindo a manutenção definitiva do calado operacional de 15 metros para atracação de navios de grande porte. Complementarmente, a pauta exige a viabilização de investimentos no Porto de Estrela integrado à malha ferroviária, a estruturação de concessões parciais no Porto de Porto Alegre para dinamizar a movimentação local e a avaliação técnica, econômica e ambiental criteriosa do projeto do novo Porto Marítimo em Arroio do Sal.

- **Rodovias e Conectividade Metropolitana:** Continuidade das obras de acessos municipais e fortalecimento de iniciativas estruturantes como o Programa Pavimenta RS e o Programa de Incentivo ao Acesso Asfáltico, associando a pavimentação de rodovias à criação de polos regionais de saúde e educação.

- **Parâmetros de Engenharia Climática:** Revisão obrigatória de todos os parâmetros técnicos e estatísticos adotados em obras de infraestrutura rodoviária e contenção de encostas, implementando pavimentação inteligente e resiliente a enchentes máximas.

- **Aeroportos:** Consolidação e expansão dos voos regionais no interior, com o acompanhamento da ampliação do Aeroporto Regional de Santo Ângelo (Sepé Tiaraju) e a con-

tinuidade regulatória e técnica dos projetos do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha, em Vila Oliva (Caxias do Sul).

- **Conservação Preventiva e Segurança das Estruturas de Transporte:** Instituição de uma Política Estadual de Inspeção de Pontes, Viadutos e Passarelas sob responsabilidade do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER. Frente ao desgaste acelerado das estruturas por eventos climáticos extremos e excesso de carga rodoviária, torna-se urgente estabelecer um cronograma obrigatório de auditorias estruturais e ensaios tecnológicos preditivos, gerando um inventário público de risco para direcionar recursos de manutenção antes da ocorrência de colapsos ou interdições logísticas.

- **Balanço e Correção de Rumo Pós-Privatizações:** Realização de uma auditoria profunda e um balanço da situação das concessões após a privatização de todo o setor de energia, usinas geradoras, transmissão, distribuição de energia, saneamento e distribuição de gás, mensurando os ganhos e perdas nos custos e na qualidade dos serviços prestados à comunidade gaúcha, avaliando os planos de expansão e a atuação das agências reguladoras.

- **Preservação e Defesa dos Ativos da Fundação CEEE:** Rejeição à intenção das concessionárias Equatorial e CPFL de transferir os planos previdenciários da Fundação CEEE para outras entidades sem a prévia quitação de suas dívidas com a Fundação, defendendo a permanência desses ativos em território gaúcho para resguardar o direito dos assistidos conforme determina a legislação estadual.

- **Reavaliação do Sistema Automático de Pedágios:** Revisão imediata do modelo de concessões rodoviárias retomado pelo último



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA AMADOR -
2º LUGAR: CARLA PEREIRA

Imagem capturada no
espelho d'água regado no
calçamento, pela ausência
de drenagem urbana.

governo, reformulando o sistema automático de pedágio que tem sido alvo de severas e constantes críticas por parte dos usuários e da sociedade civil organizada.

3. INDÚSTRIA DA INOVAÇÃO: SEMICONDUTORES, IA E DADOS

A modernização econômica gaúcha passa obrigatoriamente pela consolidação de tecnologias de ponta e pela transição digital. O fortalecimento de ecossistemas inovadores permite que o Estado atraia investimentos globais e lidere o mercado de alta tecnologia. Diante desse cenário, consideramos necessárias as seguintes medidas estratégicas:

- Posicionamento Estratégico como Hub Global de Semicondutores: Aproveitamento da tradição de quatro décadas do Estado para a transformação do RS em um polo estratégico na cadeia global de chips (design houses, back-end e front-end). A meta envolve o posicionamento das empresas locais e das universidades para a atração de investimentos globais via Nearshoring, com foco no mercado de 'chips maduros' e dispositivos de potência.

- Avanço na Infraestrutura Tecnológica e de Dados: Desenho de incentivos para a atração e instalação de data centers e para o fortalecimento do cluster gaúcho de semicondutores, além da implementação de redes 5G e internet de alta velocidade no meio rural para a democratização da agricultura de precisão. A expansão desses centros de dados deve considerar obrigatoriamente os desafios de segurança cibernética e a ampliação da infraestrutura de telecomunicações e elétrica, adotando práticas ambientalmente sustentáveis quanto ao elevado consumo de energia e água para refrigeração, garantindo um desenvolvimento tecnológico equilibrado.

- Fomento à Engenharia de Dados Aplicada: Estímulo ao desenvolvimento de sensores IoT para monitoramento de solo em tempo real, sistemas de inteligência artificial para análise preditiva de safras e uso de blockchain para a garantia de rastreabilidade e segurança alimentar nas exportações.

4. AGROPECUÁRIA E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A produção rural é um dos principais pilares de sustentação da economia gaúcha e necessita de amparo técnico contínuo para mitigar riscos climáticos. Fortalecer a agricultura familiar e os órgãos de extensão rural é essencial para garantir a segurança alimentar e fixar o homem no campo com dignidade. A partir do exposto, defendemos o cumprimento das seguintes diretrizes:

- Agricultura Familiar e Enfrentamento do Êxodo Rural: Suporte à Agricultura Familiar com base nos indicadores oficiais do Censo Agropecuário do IBGE, referendados pelo Departamento de Economia e Estatística, que apontam que o segmento responde por 80,5% das propriedades rurais gaúchas (cerca de 294 mil estabelecimentos) e ocupa 25,3% da área agrícola do Estado. Esta atuação deve priorizar o combate ativo ao esvaziamento das pequenas propriedades e à falta de sucessão familiar, mitigando os impactos da inflexão populacional precoce e do envelhecimento dos habitantes do campo através da criação de viabilidade financeira e renda imediata para as famílias rurais. Fortalecimento do Programa de Agroindústria Familiar e do Selo de Marca de Certificação 'Sabor Gaúcho'.

- Abastecimento, Horticultura e Integração com a CEASA: Estruturação de uma política de abastecimento robusta e descentralizada que reconheça a horticultura (hortaliças, frutas, flores, plantas medicinais e or-



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA AMADOR -
3º LUGAR: VALERY NUNES PUGATCH

A robustez da Engenharia Gaúcha e Brasileira, utilizando os mais modernos conceitos da Engenharia mundial, transformando e inovando o Desenvolvimento e a Qualidade de Vida dos Gaúchos.

A fotografia foi captada no pôr do sol da Capital Gaúcha com uma câmera Canon modelo 6D e objetiva Sigma 600mm, utilizando os parâmetros ISO 800, F 6.3, V 1/60s, com uso de tripé.

namentais) e seu expressivo Valor Bruto de Produção (VBP) como pilares da segurança e da soberania alimentar do Estado. Propõe-se a integração estratégica da rede da CEASA como reguladora de mercado junto às centenas de feiras do produtor e espaços de comercialização locais, conectando diretamente quem produz a quem consome para reduzir desperdícios, garantir a rastreabilidade e assegurar que o alto valor gerado no campo se reverta em renda justa.

- Revitalização Pública da EMATER-RS/ASCAR: Reversão do desmonte no quadro de extensionistas rurais por meio de novos aportes, em especial com a contratação de novos engenheiros, contratos de prestação de serviços via Secretaria do Desenvolvimento Rural e Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, garantindo o funcionamento de equipes técnicas básicas nos 497 municípios gaúchos.

- Autonomia e Transição Produtiva: Financiamento via Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais e fomento ao uso de bioinsumos como ferramenta estratégica de manejo e soberania agrícola. Criação de políticas de abastecimento integradas e circuitos de comercialização, incluindo feiras do produtor e canais institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

- Programa Estratégico de Irrigação: Ampliação orientada das áreas irrigadas com critérios estritos de prioridade para a produção de alimentos de consumo interno (leite, milho, feijão e hortigranjeiros) como blindagem contra as estiagens recorrentes.

- Diferencial Competitivo: Valorização e certificação de origem da produção de car-

ne gaúcha à base de pasto, destacando o Rio Grande do Sul frente aos grandes confinamentos do centro-oeste.

- Manejo Integrado de Solo e Água por Microbacias: Exigência de uma atenção especial e planejada aos cuidados com os recursos naturais através do manejo adequado do solo e da água a partir das bacias e microbacias hidrográficas, reiterando a necessidade de uma retomada imediata dos programas de microbacias já executados pela Emater/RS e posteriormente descontinuados.

5. SANEAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A universalização do saneamento e a gestão eficiente dos resíduos urbanos são metas urgentes de saúde pública e preservação ambiental. A transição para um modelo regulatório robusto exige fiscalização rigorosa dos contratos e apoio técnico aos municípios menores. Com essas considerações, são indispensáveis as seguintes intervenções:

- Governança Interfederativa no Saneamento: Cumprimento imediato das diretrizes do Novo Marco Regulatório (Lei nº 14.026/20). Superar as divisões puramente comerciais da privatização e estruturar as governanças das Unidades Regionais de Saneamento Básico (URSB-1 e URSB-2), integrando a cooperação técnica do Estado com os consórcios e os COREDES já existentes.

- Fiscalização Firme do Contrato COR-SAN/AEGEA: Implementação urgente de mecanismos técnico-jurídicos rigorosos por parte do Estado e prefeituras para fiscalizar o cronograma multibilionário de investimentos da concessionária privada. É imperativo sanar o atual déficit estrutural de fiscalização em campo, garantindo que o cumprimento das



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA ESPECIAL -
1º LUGAR: SIBELE MOCELLIN PUCHALE

Essa foto foi tirada durante uma viagem com minha família. Trabalhei por mais de 17 anos no setor elétrico. Meu marido continua nesse segmento, contudo eu fiz uma transição de carreira.

Essa foto representa um olhar saudoso do passado (representado pela sólidas estruturas) o qual conversa com o olhar de futuro (sol no horizonte para novas possibilidades). A engenharia está marcada na minha trajetória de vida.

metas de universalização (99% de água e 90% de esgoto até 2033) ocorra com tarifas módicas e sem repasses de custos abusivos ou sem comprovação técnica aos usuários.

- Saneamento Rural e Pequenos Municípios: Criação de políticas públicas específicas para o saneamento de distritos rurais, pequenas cidades e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores), os quais carecem de atratividade financeira para a iniciativa privada após a extinção do subsídio cruzado.

- Fortalecimento da AGERGS: Garantia de independência administrativa, orçamentária e técnica para a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, blindando a escolha de seus conselheiros de critérios estritamente políticos e ampliando substancialmente seu corpo técnico de engenharia.

- Erradicação de Lixões e valorização da Economia Circular: Superar o cenário deficitário do manejo de resíduos urbanos apoiando consórcios de prefeituras para o encerramento definitivo de lixões e aterros controlados. Viabilizar a coleta seletiva e descentralizar o tratamento de resíduos orgânicos através de sistemas de compostagem urbana e soluções baseadas na natureza.

6. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O ordenamento do território gaúcho deve tomar as bacias hidrográficas como unidade territorial de planejamento. O mapeamento rigoroso de áreas de risco e o financiamento de obras preventivas são determinantes para salvar vidas e proteger infraestruturas. Diante do exposto, aponta-se a urgência das seguintes ações:

- Gestão Estratégica por Bacias Hidrográficas e Planejamento Territorial: Consolidação das três Regiões Hidrográficas do Estado (Uruguai, Guaíba e Litorâneas) como a base primordial para o planejamento territorial, uso do solo e gestão de águas superficiais e subterrâneas. Essa abordagem exige a vinculação obrigatória das diretrizes das bacias aos planos diretores de expansão urbana dos municípios, além do financiamento estatal via Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura para atualizar os planos regionais com novos modelos estatísticos de cheias máximas e estiagens pós-2024. Complementarmente, o Estado deve incentivar o uso de soluções baseadas na natureza e de engenharia naturalística para proteger banhados, atenuar picos de cheias nos rios e garantir a segurança e a recarga dos aquíferos subterrâneos.

- Implementação Integral da Lei das Águas (Lei nº 10.350/94): Fortalecimento institucional do Departamento de Recursos Hídricos, estruturando a criação imediata das Agências de Região Hidrográfica como braços executivos da governança. A diretriz exige também a atualização dos Planos de Bacia contemplando as mudanças climáticas e a instituição da cobrança pelo uso da água para financiar a despoluição de rios e a segurança hídrica, além de reconhecer o papel soberano dos Comitês de Bacia como o 'Parlamento das Águas'.

- Mapeamento de Áreas de Risco Hidrológico e Geotécnico: Mapeamento técnico obrigatório de encostas e zonas inundáveis como referência vinculante para os Planos Diretores Municipais. Interdição de novas ocupações e redução progressiva das existentes em áreas de risco, assegurando reassentamento em habitações dignas e integradas à Defesa Civil.



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA ESPECIAL -
2º LUGAR: NELSO PORTELINHA

A Serra do Rio do Rastro está situada entre os municípios de Lauro Müller e Bom Jardim da Serra, em Santa Catarina. Tem uma estrada formada por 284 curvas e no topo possui 1.421 metros de altitude. Eu e minha esposa transitamos por ela, nos 2 sentidos, no dia 19 de julho de 2025, quando fiz esse registro.

- **Fundo de Financiamento Climático:** Constituição de um fundo financeiro estadual perene para dar continuidade às obras de reconstrução adaptativa e proteção contra cheias e deslizamentos para além de maio de 2027 (prazo final dos recursos do Plano Rio Grande), estendendo as ações de engenharia pluvial e drenagem urbana — hoje concentradas na região do Guaíba — também para as macrorregiões do Uruguai e do Litoral.

- **Engenharia de Prevenção e Habitação Social:** Estruturação de núcleos técnicos permanentes compostos por engenheiros civis e geotécnicos concursados nas Coordenadorias Regionais de Defesa Civil para o monitoramento contínuo de taludes e encostas urbanas. Essa governança deve atuar em conjunto com a aplicação da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, direcionando equipes públicas para o planejamento e a certificação de moradias populares seguras, integradas a sistemas de drenagem pluvial e localizadas fora de faixas de risco hidrológico.

- **Manejo de Solos Rurais e Proteção de Mananciais:** Inclusão obrigatória de políticas de conservação e manejo adequado dos solos na área rural dentro do planejamento territorial, visando conter processos erosivos e o assoreamento dos rios para garantir a recarga dos aquíferos e a qualidade dos recursos hídricos que abastecem os centros urbanos a partir das bacias e microbacias hidrográficas.

7. MEIO AMBIENTE E MATRIZ ENERGÉTICA SUSTENTÁVEL

A transição para fontes limpas e a descarbonização da economia são compromissos inadiáveis frente à emergência climática global. Estimular a geração distribuída e reconfigurar a infraestrutura industrial existente posiciona o Estado na vanguarda da susten-

tabilidade energética. Com estas ponderações, sugerem-se as seguintes diretrizes operacionais:

- **Incentivo e Descentralização da Geração Limpa:** Criação de linhas de financiamento facilitadas via Banrisul e de marcos legislativos perenes para incentivar a geração sustentável distribuída (fotovoltaica, eólica, hidráulica e biomassa), promovendo a autosuficiência energética regional e custos competitivos para a indústria local.

- **Segurança e Ordenamento Urbano:** Parcerias estaduais e municipais para viabilizar estudos técnicos e incentivos fiscais voltados ao enterramento de redes elétricas e de dados em grandes avenidas. Promoção de mutirões e estudos de engenharia para a eliminação completa de fiação inútil suspensa em postes.

- **Meio Ambiente, Pesquisas Tecnológicas e Transição Energética:** Revisão técnica sobre o papel de biomassas, do hidrogênio verde e do carvão mineral na transição energética, aproveitando as estruturas estatais aplicadas e já desenvolvidas sobre combustão e gaseificação (carboquímica), com foco na produção de energias renováveis de baixo impacto ambiental e de fertilizantes. Aplicação de uma política de transição energética, fortalecimento da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e cumprimento de metas de descarbonização internacional.

- **Reconfiguração Estratégica do Polo Naval de Rio Grande:** Redirecionamento da infraestrutura industrial instalada nos estaleiros do Polo Naval de Rio Grande para atender à Engenharia de Transição Energética e da Economia Circular. Propõe-se a atração de investimentos para a fabricação, montagem e manutenção de componentes de grande porte voltados à geração de energia eólica



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
CATEGORIA ESPECIAL -
3º LUGAR: FERNANDA PORCHETTO MARTINS

Em 2007, foram inauguradas as obras de contenção no Arroio São Lourenço, no município de São Lourenço do Sul, com o objetivo de proteger a cidade contra enchentes, preservar o meio ambiente e valorizar a paisagem urbana às margens do arroio.

Esta obra é um exemplo de como a engenharia pode transformar positivamente o cotidiano da população. Ao reduzir os riscos de enchentes, ela protege casas, comércios e infraestruturas essenciais, trazendo mais segurança para quem vive e trabalha nas proximidades. Além disso, ao estabilizar as margens do arroio e controlar a erosão, contribui para a preservação ambiental, favorecendo a recuperação da vegetação e o equilíbrio do ecossistema local.

Essa intervenção também promove o bem-estar da comunidade, ao permitir o uso seguro e agradável dos espaços públicos próximos ao arroio, incentivando o lazer, o convívio e a valorização do patrimônio natural e cultural da cidade.

offshore e plataformas flutuantes de biocombustíveis, aproveitando a capacidade metal-mecânica da região e o calado de 15 metros homologado no complexo portuário.

- Licenciamento Ambiental Criterioso e Impacto Logístico: Exigência de transparência e rigor técnico nos processos de licenciamento ambiental para grandes empreendimentos – a exemplo da expansão industrial da CMPC – integrando a academia, entidades técnicas e a sociedade civil na avaliação rigorosa sobre o uso de recursos hídricos, emissões, biodiversidade e impactos logísticos indiretos, com atenção especial à sobrecarga de caminhões de carga na BR-290 e rodovias regionais.

8. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS EM ENGENHARIA

O futuro do Rio Grande do Sul depende diretamente da nossa capacidade de formar novos profissionais, reter a inteligência técnica no território e transformar o conhecimento em vetor de expansão econômica. Combater a evasão acadêmica e alinhar os currículos aos novos desafios climáticos e tecnológicos é a base tanto para a resiliência socioambiental quanto para a retomada do crescimento e do desenvolvimento produtivo do Estado. A partir do exposto, consideramos necessárias as seguintes ações estruturantes:

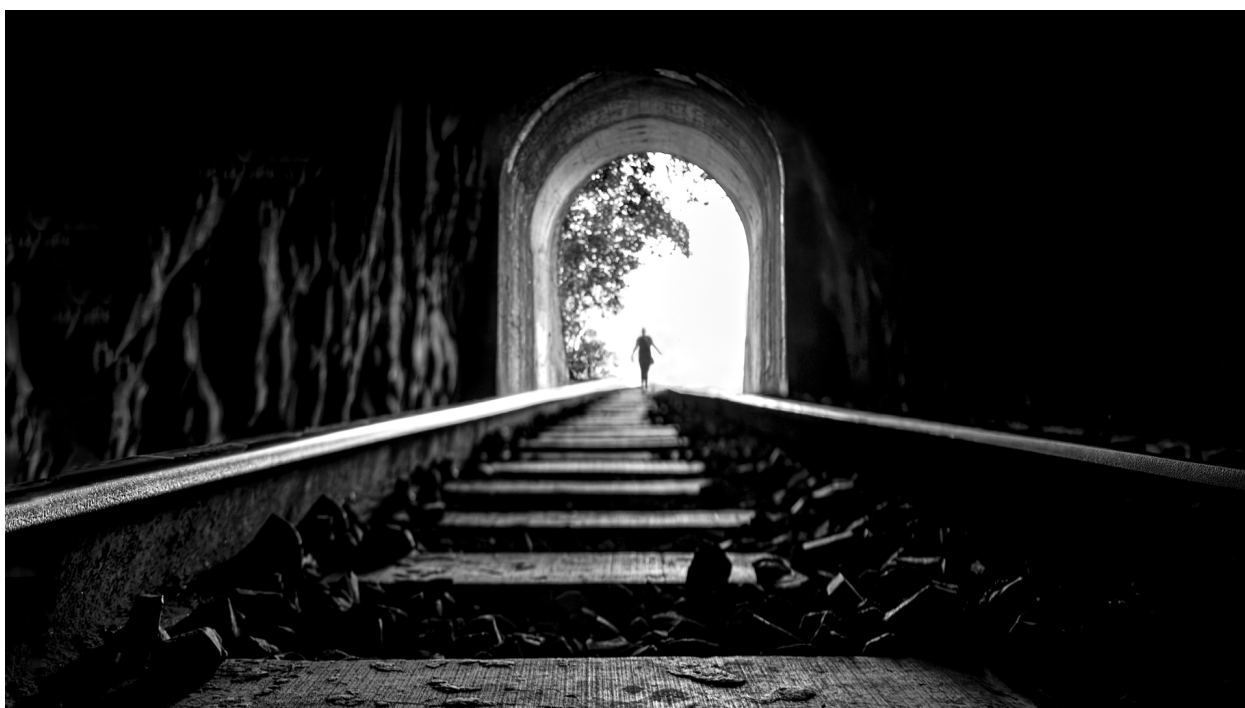
- Combate à Evasão nas Escolas de Engenharia: Instituição do Programa Estadual de Permanência e Êxito na Engenharia. Implementação de assistência estudantil ampliada (bolsas, moradia, transporte e alimentação) com prioridade para estudantes de baixa renda, além de núcleos de tutoria e monitoria em disciplinas críticas como cálculo e física.

- Interiorização e Cursos Noturnos Públicos: Financiamento dedicado para a expansão e consolidação de cursos noturnos de Engenharia em instituições públicas estaduais (UERGS) e federais (Institutos Federais e Universidades, a partir de parcerias com o Governo Federal), com currículos modulares e híbridos voltados às demandas produtivas do interior.

- Criação do Fórum Permanente de Formação: Espaço de articulação intergovernamental envolvendo governos estadual e federal, as universidades e o setor produtivo, alinhando a formação acadêmica diretamente com os grandes projetos de transição energética, inovação industrial (SemiCon) e adaptação climática do Estado.

- Currículos de Engenharia voltados à Resiliência: Inserção obrigatória de disciplinas de engenharia climática, gestão de riscos socioambientais e soluções baseadas na natureza nos currículos de graduação, fomentando a extensão universitária em comunidades vulneráveis.

- Compromisso com a Escola Pública e Rejeição ao EAD no Ensino Fundamental: Compromisso mandatário do governo eleito com a oferta de escola pública, gratuita e de qualidade, assegurando professores valorizados e bem remunerados, instalações prediais adequadas e recursos de informática atualizados, rechaçando a introdução de entes privados ou a aplicação de modalidades de ensino a distância nessa etapa formativa.



2º PRÊMIO SENGE-RS DE FOTOGRAFIA
MENÇÃO HONROSA:
ANDRÉIA CRISTIANE DE OLIVEIRA

O túnel retratado integra o Viaduto 13, marco da engenharia ferroviária brasileira, inaugurado 1978, em Vespasiano Corrêa. Símbolo da engenharia nacional, hoje é trilha de aventureiros. A foto revela esse novo tempo: o silêncio substitui as locomotivas, e os trilhos guiam passos em busca de paisagens, história e pertencimento.

COMPROMISSO COM O FUTURO

A reconstrução e o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul não são tarefas para improvisos ou soluções imediatistas; exigem planejamento de Estado, visão sistêmica e a aplicação rigorosa do conhecimento científico. Ao entregar esta Pauta Mínima 2026, o SENGE-RS reafirma o seu papel histórico de vanguarda na formulação de propostas que unem o crescimento econômico à justiça social e à segurança ambiental.

A Engenharia gaúcha, que demonstrou sua força e resiliência nos momentos mais desafiadores da nossa história recente, coloca-se à disposição para liderar a execução dessa agenda propositiva.

Esperamos que as futuras lideranças políticas assumam o compromisso de governar por meio de uma articulação conjunta e permanente entre o poder público, o setor produtivo, as universidades e a sociedade civil organizada, valorizando o corpo técnico concursado, combatendo a precarização do trabalho e transformando a inteligência tecnológica no principal motor de inovação e resiliência do nosso território.

O futuro do Rio Grande do Sul depende das decisões estruturantes tomadas hoje, e a Engenharia é a ferramenta indispensável para transformá-las em realidade.

PRESIDENTE

Cezar Henrique Ferreira

VICE-PRESIDENTE

José Luiz Bortoli de Azambuja

VICE-PRESIDENTE

João Leal Vivian

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Dulphe Pinheiro Machado Neto

DIRETOR ADMINISTRATIVO ADJUNTO

Nelso Volcan Portelinha

DIRETOR FINANCEIRO

Luiz Alberto Schreiner

DIRETOR FINANCEIRO ADJUNTO

Vera Maria Kroeff Carrion

DIRETOR DE NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

Gustavo Silva da Rocha
(Renúncia em dezembro/2025)

**DIRETOR DE NEGOCIAÇÕES COLETIVAS
ADJUNTO**

Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez

**DIRETOR DE APOIO E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL**

Diego Mizette Oliz

**DIRETORA DE APOIO E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL ADJUNTA**

Jessica Bandeira Moraes

DIRETORES

Adriano de Vasconcelos Maboni

Marco Antonio Kappel Ribeiro

Eduardo Barbosa Carvalho

Córdula Eckert

Maércio de Almeida Flores Cruz

Luís Inácio Camargo Gré

Marcio de Aguiar Gomes

Luisa Leupolt Campos

Moema Felske Leuck

Adinaldo Soares de Fraga

Pedro Henrique Guardiola Ferreira

**REPRESENTAÇÃO
JUNTO À FNE**

Vulmar Silveira Leite

Cynthia Vieira Bonatto

CONSELHEIROS FISCAIS

Augusto Portanova Barros

Jose Claudio Secchi Motta

Gilberto Libório Barros Junior

CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTES

Bruna Bresolin Roldan

Fabiano Dornelles Ramos

Elizabeth Trindade Moreira

CONSELHO TÉCNICO CONSULTIVO

Vinicius Teixeira Galeazzi
Nanci Begnini Giugno
Biane de Castro
Gervásio Paulus
Flávio Abreu Calcanhotto
Luiz Antonio Timm Grassi
Claudio Luiz Garcia D'Almeida
Mogli Carlos Veiga
Rafael Volquind
Isabel Pitta Klein
Diego de Oliveira
Sandro Donato Pavanatto Cerentini
Marcos Fernando Uchoa Leal
Paulo Carvalho Laydner
Flavia Kaufmann Samboranza

NÚCLEOS REGIONAIS

Núcleo Metropolitano
Guilherme Toniolo
Irineu Pedro Foschiera
Ricardo Barreira Orling
Rafael Pinto da Cunha
Maximiliano Finkler Neto
Jaqueline Niederauer Bucker
Luis Humberto de Mello Villwock
Patrícia Sarmanho
José Cláudio da Silva Sicco
(Renúncia em dezembro/2025)
Ciro Carlos Lucchese Ceratti
Flavio Ampessan
Luisa Tania Elesbao Rodrigues

Núcleo Serra

Fernanda Santos Pescador
(Renúncia em fevereiro/2025)
Valfredo Reali

Núcleo Litoral

Rodrigo de Toledo
Núcleo Fronteira Sudoeste
Marcio Marun Gomes
Lizandro Oliveira Taschetto

Núcleo Fronteira Oeste

Rafael da Silva de Vargas

Núcleo Central

Katiule Pereira Moraes
Fabrício Longhi Bolina
Luiz Eduardo Correa de Lima

Núcleo Noroeste

Caroline Daiane Raduns

Núcleo Planalto

Luis André de Almeida Maciel
Nilton Cipriano Dutra de Souza

Núcleo Alto Uruguai

Paulo César Schommer
Gilberto Rodrigues Jaenisch

Núcleo Sul

Fábio Silveira Costa
Marcio Almeida Gama
Anderson Garcia Brião
Geverson Lessa dos Santos



(51) 3230.1600

SENGE.ORG.BR 

Av. Erico Verissimo, 960 | Porto Alegre-RS